

JORNAL DA ASSEMBLEIA X DIÁRIOS LOCAIS: BREVE ANÁLISE DE ENUNCIADOS QUE SE CONTRAPÕEM

Mercia Sylvianne Rodrigues Pimentel¹

Resumo: Propomos analisar um enunciado contido no Jornal da Assembleia, periódico produzido pela Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas (ALE/AL), confrontando-o com dizeres inscritos noutros informativos alagoanos. Nosso objetivo é compreender como o jornal, assumindo uma posição sujeito, produz evidências provenientes do lugar social que ocupa, mas que podem ser logo confrontadas com dizeres outros, produzindo também sentidos outros que estavam latentes. Sendo parte de uma pesquisa mais ampla que tem como objeto o discurso da ALE/AL, este trabalho se insere na perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso (AD) fundada por Michel Pêcheux. Ao mobilizarmos algumas categorias discursivas, observamos que um dos gestos interpretativos nos leva a refletir sobre como determinados sentidos são silenciados, assim como enunciados produzidos em condições restritas diferenciadas, mas no mesmo contexto sócio-histórico, produzem semelhantes efeitos de sentido muitas vezes orientados pelos interesses dominantes em jogo.

Palavras-chave: Discurso político. Sentido. Silêncio.

Abstract: We intend to analyze a declaration of the Assembly newspaper produced by the Legislative Assembly of Alagoas and declarations in the other newspapers. Our aim is to know how the newspaper, assuming a position of subject, proposes the evidence coming from the social position that it occupies, but that can be confront with other speeches, also producing other meanings that were latent. It is part of a wider research that aims the ALE/AL discourse, this work is inserted in the theoretical-methodological perspective of discourse analysis founded by Pêcheux. Analyzing some discursive categories, we observed that interpretation gestures lead us to reflect on how certain meaning are silenced, so as some produced statements in different restrictive conditions, but in the same socio-historical context, produce similar meanings effects guided by dominant interests.

Keywords: Politic discourse. Meaning. Silence.

1 APRESENTAÇÃO

Compreender, eu diria, é saber que o sentido poderia ser outro.

Eni Orlandi (1988, p.12)

Este trabalho, situado na vertente francesa da Análise do Discurso (AD)², é fruto de algumas reflexões sobre o discurso da Assembleia Legislativa do Estado de

¹ Mestranda em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas, bolsista da Capes/Fapeal - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas. E-mail: msrpimentel@yahoo.com.br

Alagoas (ALE/AL). Ao longo das análises, observamos que nosso objeto (o discurso da ALE) está permeado de significações e contradições, o que é uma característica do próprio discurso em sua feição histórico-social. Na perspectiva da AD, o discurso é efeito de sentidos produzidos por sujeitos afetados pela língua e pela história. Ou seja, palavras, silêncio, imagens e gestos são discursos, que, impregnados de carga ideológica, resultam de práticas sócio-históricas organizadas por esses sujeitos.

Aqui, nos atemos em três enunciados produzidos por distintos sujeitos, em condições imediatas também diferentes, cujo gesto de interpretação aponta para um diálogo entre discursos. Não só a categoria interdiscurso é trabalhada, como também a própria ideologia, a paráfrase, a formação discursiva, o silêncio e outras mais. Para isso, trazemos contribuições teóricas de Pêcheux, Althusser, Orlandi, Courtine, dentre outros pensadores.

Em nossa breve análise, iremos expor uma declaração do então presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas, deputado Antonio Albuquerque (no *Jornal da Assembleia*³), que diz o seguinte: “Os números, que se apresentam positivos, vão comprovar, no final deste exercício, que esta legislatura mudou para melhor a relação com a sociedade”. Esse enunciado principal será confrontado com dizeres de representantes da sociedade civil alagoana – publicados nos jornais diários *Tribuna Independente* e em *O Jornal*, já que a fala do parlamentar à população faz referência. Seguindo o pensamento de Courtine (2006, p. 66) de que o corpus é um “conjunto de sequências discursivas estruturadas, de acordo com um plano definido em referência a um certo estado de condições de produção de discurso”, esta é, então, a delimitação do nosso corpus discursivo.

2 DELINEAMENTO TEÓRICO

Brandão (2004) traz a afirmação de Maingueneau de que os formalistas russos contribuíram para a abertura dos estudos linguísticos em direção ao discurso, pois eles analisaram unidades além da frase, partindo para o texto, numa abordagem transfrástica. Porém, esse projeto não foi à frente, pois os estruturalistas se ativeram apenas ao texto, não considerando sua exterioridade.

² Estamos nos referindo à Análise do Discurso fundada por Pêcheux.

³ A publicação do Legislativo estadual é composta de 12 páginas, reunindo conteúdo opinativo e informativo. Nossa proposta é centrarmos atenção sobre aquelas matérias ou opiniões que versem sobre a crise na atual legislatura, também fazendo um contraponto com as notícias veiculadas pela imprensa alagoana.

A obra de Harris (*Discourse Analysis*), lançada nos anos 50, inaugura a análise do discurso numa perspectiva americana. Assim como também contribuem para a constituição da AD numa vertente europeia os trabalhos de Jakobson e Benveniste sobre enunciação. Essas duas direções vão conceber o discurso de maneira diferenciada: a perspectiva americana enxerga o discurso como extensão da linguística, enquanto que a europeia considera o extralinguístico como fator fundamental. É dessa escola francesa fundada por Pêcheux que realizamos nossa abordagem.

Ao retomar Pêcheux, Orlandi (1999, p. 21) vai dizer que no discurso o social e o histórico não se dissociam. A autora explica que “[...] nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si, sem falhas ou equívocos”. Em síntese, discurso não é língua nem fala – apesar de estar relacionado a esses objetos de estudo da linguagem, mas um objeto sócio-ideológico construído historicamente por sujeitos. São essas práticas que povoam os sentidos, sentidos feitos por sujeitos e para sujeitos afetados pela ideologia. A língua na perspectiva da AD é concebida como base material para que os sentidos se manifestem, é a “superfície” do discurso. A partir desse lugar teórico, compreendemos que a ideologia se materializa na linguagem e esta se manifesta naquela. É na relação língua/ideologia que se dá o funcionamento discursivo. Ele pode ser entendido a partir da inscrição dos dizeres na história, na ideologia, em diferentes formações discursivas, pois vistos isoladamente são apenas evidências ideológicas.

Althusser desenvolve um estudo sobre ideologia e seus mecanismos de sujeição. De acordo com sua abordagem, a classe dominante se utiliza de alguns instrumentos para reproduzir as condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. Assim, a formação social capitalista se perpetua a partir da reprodução das condições de produção e da submissão dos trabalhadores aos interesses da classe burguesa:

[...] reprodução de sua submissão às normas da ordem vigente, isto é, uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e da repressão, de modo a que eles assegurem também ‘pela palavra’ o predomínio da classe dominante. (ALTHUSSER, 1985, p. 58)

Os instrumentos que servem para reproduzir as relações desiguais entre as classes sociais são chamados de aparelhos, que podem funcionar tanto através da ideologia (AIE) como da repressão (ARE). São aparelhos repressivos o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc.; são ideológicos a Religião, a Escola, o Direito, a Família, a Política, o Sindicato, a Informação e a Cultura. Os aparelhos repressivos de Estado funcionam de modo predominante pela violência, já os aparelhos ideológicos se utilizam a priori da ideologia, o que não impede de uns e outros fazerem uso da repressão ou da ideologia para reproduzir as relações desiguais de produção.

Das teses apresentadas na obra *Aparelhos Ideológicos de Estado* – ideologia tem existência material; representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais; interpela os indivíduos em sujeitos – Althusser elenca a terceira como central. E é esta reflexão sobre o assujeitamento ideológico que norteia uma das linhas dos estudos discursivos.

Com o objetivo de esclarecer os fundamentos de uma teoria materialista do discurso, Pêcheux (2007) ratifica sua posição marxista ao afirmar que a reprodução/transformação das relações de produção de uma dada formação social se efetua através da ideologia e das determinações econômicas. E os aparelhos ideológicos configuram-se como os responsáveis não só pela reprodução, mas também pela transformação dessas relações:

mas os aparelhos ideológicos de Estado não são, apesar disso, puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção existentes [...], o que significa que [...] constituem, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção [...] (PÊCHEUX, 1997b, p. 145).

Ao dizer que os aparelhos não são simples mecanismos de reprodução da ideologia dominante, Pêcheux encaminha as discussões para a conceituação de Formação Ideológica (FI), pois menciona o caráter ideológico que permeia a luta de classes. Trata-se da própria ideologia que se materializa no discurso e é determinada pelas lutas de classe que ocorrem no interior dos aparelhos de Estado e entre eles. As formações ideológicas constituem um complexo de atitudes e representações relacionado às posições de classe em confronto:

Falar-se-á de formação ideológica para [...] caracterizar um elemento (determinado aspecto da luta nos aparelhos) suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento; cada formação ideológica constitui assim um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas em relação às outras (PÊCHEUX *apud* BRANDÃO, 2004, p. 47).

A FI comporta uma ou várias Formações Discursivas (FDs), conceito “emprestado” por Foucault, mas ressignificado: enquanto que para Foucault o princípio organizador de uma FD é a regularidade; para Pêcheux, a ideologia cumpre essa função. É na formação discursiva que os sentidos são constituídos, vindo a se deslizarem no espaço de outras FDs. FD e FI estão intrincadas, de modo a fazer com que os sujeitos, por meio do processo de interpelação/identificação e a partir de determinada posição, expressem o que lhes é permitido dizer. Dessa forma, os sentidos não devem ser vistos como literais, eles são determinados pelo contexto sócio-histórico no qual as palavras estão inseridas, conforme as posições dos sujeitos que enunciam.

A ideologia se materializa na formação discursiva (FD), compreendida “como aquilo que determina o que pode e deve ser dito” em determinado contexto social (PÊCHEUX, 2007, p. 160). Os sentidos se constituem a partir dessa matriz, por isso, diz-se que não há sentido literal. Assim, mesmas palavras ganham sentidos distintos em distintas FD e o contrário também: diferentes palavras podem ter mesmos sentidos numa mesma formação. Exemplificando: numa situação de greve de servidores da Assembleia Legislativa, como a que ocorreu em julho de 2008, a palavra “acordo” foi recorrentemente utilizada pelo *Jornal da Assembleia*, na matéria que abordou o fim da paralisação. Na formação discursiva do Direito, acordo sinaliza a proposta que satisfaça as partes em questão. Porém, no desfecho da mobilização dos servidores, ganha outro sentido, o de ser satisfatório para apenas uma das partes. Pelo menos é o que sugere o dizer “acordo beneficia os servidores”, publicado no informativo de julho. Nesse texto, o atual presidente Fernando Toledo fala sobre o impacto dos aposentados na folha de pagamento e da contenção de gastos que deverá ser feita para cumprir esse “acordo”. O jornal aborda a necessidade de economizar para poder pagar aos servidores, mas silencia quanto ao desvio de mais de 300 milhões dos cofres da Casa Legislativa.

A impressão de que estamos agindo livremente é um efeito ideológico. Porém, essa “liberdade” é determinada, restando ao sujeito poucas possibilidades de escolha. O que ocorre, na verdade, é que estamos sendo conduzidos pelos interesses da classe dominante. Essa discussão toca nas ilusões discursivas teorizadas por Pêcheux (id.) a partir da ação da interpelação ideológica. Conforme o filósofo, há dois tipos de esquecimento, o nº. 1, que é da ordem do inconsciente, e o semiconsciente nº 2. Na primeira ilusão, o sujeito acha que é origem de seu dizer, enquanto que no outro tipo de esquecimento o sujeito pensa poder controlar sua fala. “Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso [...], a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa” (MUSSALIM; BENTES, 2006, p. 110).

Sendo Poder de Estado, o Legislativo alagoano tem como aparelho ideológico o *Jornal da Assembleia*, que é responsável pela veiculação das informações e opiniões dos deputados. Assim como qualquer periódico jornalístico, o objetivo é o de divulgar pautas consideradas relevantes; no caso da Assembleia, que dispõe de Assessoria de Comunicação, há também uma injunção ao convencimento. Tenta-se convencer o leitor da opinião dos parlamentares através do funcionamento da ideologia.

3 SILÊNCIO MOBILIZANDO SENTIDOS

No livro que dedicou ao estudo do silêncio, Orlandi distingue o *silêncio fundador da política do silêncio (silenciamento)*; esta, por sua vez, é subdividida em *silêncio constitutivo* e *silêncio local*. Silêncio fundador não é aquele que funda algo, é fundante no sentido de necessário, fundamental, existe nas palavras ou as atravessa para fazer a linguagem significar. Não pode ser confundido com ausência de fala ou de ruído, nem é representável, pois não é do silêncio físico que trata a autora, mas do silêncio que remete ao sentido:

[...] o silêncio não é mero complemento da linguagem. Ele tem significância própria. E quando dizemos fundador estamos afirmando esse seu caráter necessário e próprio. Fundador não significa “originário”, nem o lugar do sentido absoluto. Nem tampouco que haveria, no silêncio, um sentido independente, autossuficiente, preexistente. Significa que o silêncio é garantia do movimento de sentidos (2007, p. 23).

O silêncio fundador aponta, também, para outras possibilidades de sentido. As palavras não devem ser compreendidas nelas mesmas, literalmente. O que está dito

pode estar silenciando outros dizeres. Daí porque a afirmação de que o sentido pode ser sempre outro, pois o sentido de uma palavra “não existe ‘em si mesmo’ [...], mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são reproduzidas” (PÊCHEUX, 2007, p. 160).

A política do silêncio ou silenciamento diz respeito ao fato de serem apagados sentidos que não são desejáveis em determinada situação discursiva. O que difere o silêncio fundador do silenciamento, explica Orlandi (2007, p.73), “é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo”. O silêncio constitutivo é parte do silenciamento e pode ser compreendido como aquele em que o dizer faz calar alguns dos múltiplos sentidos possíveis.

O silêncio local se manifesta através da censura, é entendido como a proibição do dizer, a interdição do falar. Mostra-se como uma tentativa de imposição do sentido uno, quando, na verdade, paráfrase e polissemia norteiam os processos de significação. Como afirma Cavalcante (1999, p. 155),

[...] à proporção que se elege um produto cultural como único correto e aceito, rejeitam-se os produtos culturais de outros segmentos. Isso, no entanto, não se dá de forma explícita, mas velada, às vezes quase imperceptível, uma vez que os conflitos ideológicos quase nunca se mostram, mas se alojam nas entranhas do discurso, à sombra das palavras.

Dessa forma, no silêncio local, só é permitido ao sujeito ocupar a posição que lhe for determinada (efeito do autoritarismo); ele é “impedido” de se inscrever em diferentes formações discursivas. Têm-se, aqui, as evidências de sentido, efeito ideológico que age no sujeito de modo a fazer com que não tenha acesso ao caráter material do sentido⁴.

4 ENUNCIADOS EM ANÁLISE

No caso do discurso político com o qual estamos trabalhando, nosso *corpus* é constituído por enunciados produzidos numa formação discursiva política e num dado momento histórico. Por isso, recortamos três sequências para análise, sendo uma

⁴ Ao produzir evidências, a instância ideológica designa “o que é e o que deve ser”. Sabemos o que é um soldado, por exemplo, por um efeito da ideologia. Ela faz com que essa e outras noções perpassem por uma ilusão de transparência da linguagem, de modo a ocultar outras possibilidades de sentido, seu caráter material. E o caráter material do sentido depende do “todo complexo das formações ideológicas”, é determinado pelo contexto sócio-histórico (PÊCHEUX, 2007).

extraída do *Jornal da Assembleia*, outra do diário *Tribuna Independente* e a última de *O Jornal*, todos informativos alagoanos. O primeiro periódico é produto da instituição legislativa e os outros dois são jornais locais, propositalmente colocados para podermos fazer um contraponto.

- a) S1: “Os números, que se apresentam positivos, vão comprovar, no final deste exercício, que *esta legislatura mudou para melhor a relação com a sociedade*”. (*Jornal da Assembleia*, p. 2, novembro de 2007)

O discurso deve ser pensado a partir da relação entre linguagem e exterioridade. Como afirma Courtine (2006, p. 64), importa saber qual o sujeito discursivo, sobre o que fala o discurso, como ele emergiu e quais as condições em que foi produzido. Assim, faz-se relevante observar de quem partiu a formulação acima. O sujeito autor do enunciado é Antonio Albuquerque, que fala de um lugar social, da condição de presidente de um Poder de Estado, no caso, o Legislativo estadual. Seu dizer possui uma carga de autoridade advinda das relações histórico-sociais que caracterizam uma relação de força. Lagazzi e Orlandi (2006, p. 16) destacam esse aspecto discursivo quando afirmam que “o lugar social do qual falamos marca o discurso com força da locução que este lugar representa. Assim, importa se falamos do lugar de presidente, ou de professor, ou de pai, ou de filho etc.”.

O enunciado foi publicado no informativo da Assembleia Legislativa (ALE) de novembro de 2007. O texto opinativo intitulado “Em ritmo de trabalho” fala sobre a quantidade de matérias discutidas e aprovadas pelos parlamentares naquele período, o que foi considerado satisfatório pelo representante político. Mesmo sendo o jornal produzido no interior da instituição legislativa, o periódico também circula entre os setores da sociedade, pois sua distribuição é ampla. O sujeito enunciadador tenta estabelecer um diálogo não apenas com o parlamento, mas também com a própria sociedade, ao mencionar que houve mudança “para melhor” na relação da bancada alagoana com a população. A comprovação disso, segundo o deputado, viria no término do mandato da atual composição da ALE. Se mudou para melhor, o pressuposto é o de que a legislatura anterior não dialogava com a sociedade, tendo o canal sido aberto pela bancada parlamentar em questão.

Dos 27 deputados estaduais, ao menos 15 foram indiciados na Operação Taturana, sob acusação de desvio de recursos públicos⁵. Essa é uma das informações silenciadas pelo *Jornal da Assembleia*, que se utilizou de um mecanismo discursivo para “tentar calar outros sentidos”. Trata-se do silêncio constitutivo, o qual é parte da política do silêncio ou silenciamento. Considerando esse aspecto, teria mesmo melhorado a relação legislatura/sociedade? As próximas sequências discursivas são paráfrases e apresentam uma resposta possível cerca de um ano após a declaração de Antonio Albuquerque. O segundo enunciado extraído do jornal *Tribuna Independente* apresenta a fala de um representante de organizações sociais, e o terceiro foi publicado em jornal concorrente, contendo a frase dita por um membro do Ministério Público estadual. Ambos os dizeres são extensões de vozes da sociedade:

- b) S2: “Nossa expectativa é a de que os *taturanas* sejam julgados e responsabilizados por seus crimes”. (*Tribuna Independente*, p. 3, 23 de dezembro de 2008)
- c) S3: “Eles devem perder os cargos, pois apenas terem sido afastados é uma pena, branda, até porque continuam recebendo seus salários”. (*O Jornal*, p. A3, 23 de dezembro de 2008)

A primeira afirmação é de Jorge Venerando, coordenador do Movimento Social Contra a Corrupção e a Criminalidade (MSCC) e presidente do Sindicato de Policiais Federais em Alagoas. Ela foi exposta num ato público organizado pelos representantes da sociedade civil, que lembraram a passagem de um ano da operação deflagrada pela Polícia Federal e cobraram a cassação dos deputados afastados. Uma declaração desse gênero não ganha espaço no *Jornal da Assembleia*, tanto que foi publicada num dos principais diários do Estado, o *Tribuna Independente*.

A segunda sequência discursiva dialoga com a primeira formulação. O sujeito de S3 é um representante do Ministério Público Estadual (MPE), o procurador de Justiça Sérgio Jucá, cuja declaração foi registrada em *O Jornal*, no mesmo período histórico de S2, ou seja, mesmas condições amplas de produção dos discursos. Condições de produção incluem formações imaginárias (relações de força, de sentidos, mecanismos de antecipação), assim como sujeitos, situação e memória. Essas condições

⁵ No primeiro semestre de 2008, o Poder Judiciário estadual afastou dos mandatos 12 dos 27 integrantes da Casa Legislativa sob acusação de terem desviado mais de R\$ 300 milhões dos cofres públicos. Além disso, outros foram indiciados pela Polícia Federal por terem efetuado empréstimos pagos com dinheiro da própria Assembleia. Suplentes vinham ocupando as cadeiras deixadas pelos parlamentares, até que em julho de 2009 a justiça determina o retorno de 8 deputados. Toda essa movimentação diz respeito à Operação Taturana, deflagrada pela PF, no final de 2007.

podem ser amplas ou restritas: amplas no sentido de analisarmos o contexto sócio-histórico, a ideologia; restritas quando observamos a materialidade no aspecto imediato.

As relações de força dizem respeito ao lugar social ocupado pelo sujeito, lugar este que determina os confrontos de poder. São os papéis sociais hierarquizados, a força que o discurso tem quando dito por alguém em determinada posição da sociedade. Ainda no que tange às formações imaginárias, o mecanismo da antecipação pode ser entendido como a capacidade que o sujeito tem de se colocar na posição do outro, no sentido de oferecer uma resposta antecipada. Lagazzi-Rodrigues e Orlandi (2006) afirmam que a possibilidade de argumentação se deve a esse mecanismo discursivo.

Em sentido restrito, temos os jornais onde foram publicados os enunciados (*Tribuna Independente* e *O Jornal*) e os sujeitos enunciadorees (representantes do MSCC e do MPE); já o contexto amplo diz respeito à configuração sócio-histórica que fez emergir os discursos: aniversário de um ano da deflagração da Operação Taturana, impressão de impunidade na população, descoberta de várias irregulares na ALE, como desvio de dinheiro público, servidores contratados de forma irregular, nomeações indevidas para o Tribunal de Contas, entre outras.

O efeito de memória⁶ se dá a partir da relação entre intradiscurso e interdiscurso. Assim, ele pode ser compreendido como as possibilidades de dizer que são atualizadas no momento da enunciação. Orlandi (2007, p. 31) define a memória como interdiscurso, como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Compreendemos tanto S2 quanto S3 também a partir desse efeito de memória. Quando o sujeito do primeiro enunciado afirma querer o julgamento “dos taturanas”, a princípio, a sequencia parece não fazer sentido para o interlocutor que desconhece a investigação sobre o caso em Alagoas. O nome da operação (Taturana) já apresenta em si interdiscursividade. Trata-se de um interdiscurso com as ciências biológicas, que definem como taturana a espécie de lagarta comedora de folhas. Trazido para o cenário político alagoano, o termo ganha a conotação pejorativa do deputado que rasteja assim como a lagarta, mas para saciar a fome do alimento que se encontra nos cofres da

⁶ A memória de que estamos tratando é a memória discursiva, que é diferente de memória individual e inconsciente coletivo.

instituição legislativa! Assim, “os taturanas” de que fala o coordenador do MSCC são os próprios parlamentares estaduais.

Os discursos inscritos em S2 e S3 dialogam entre si, trata-se de uma relação parafrástica. Os enunciadores são distintos, porém os efeitos de sentido produzidos em ambas as enunciações se assemelham. Dessa forma, podemos inferir que ambos os atores sociais querem punição para os deputados indiciados pela Polícia Federal, o que contraria a formulação inscrita em S1. A voz da sociedade ressoa num movimento contrário ao que afirmou o então presidente da Assembleia Legislativa, tanto que o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Alagoas (OAB/AL), cobrou do Ministério Público o pedido de afastamento de outros deputados indiciados por envolvimento no esquema ilícito. “Isso [a manutenção dos parlamentares no cargo mesmo após o indiciamento] gera um profundo clamor e indignação da sociedade alagoana, pelo tratamento anti-isonômico”, disse Omar Coêlho, presidente da OAB/AL, na matéria publicada em *O Jornal*, edição de 14 de janeiro de 2009.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após analisar alguns recortes discursivos extraídos de materiais jornalísticos, percebemos que a casa legislativa informa à sociedade a pauta que lhe convém relevante, silenciando informações detalhadas sobre fatos relativos à crise que envolve deputados estaduais. Pensando nisso, iniciamos a observação sobre nosso objeto, procurando compreender o funcionamento discursivo do Legislativo alagoano a partir de sua inscrição na história e no diálogo com outros discursos.

Percebemos que os dois enunciados publicados em distintos diários alagoanos estão representando a voz da sociedade, uma voz que contradiz o dizer inscrito no *Jornal da Assembleia*. Interessante observar como esses enunciados dialogam entre si, através de uma relação de paráfrase e polissemia, o mesmo dito de diferentes formas, ou, como explica Orlandi (2007, p. 36), “os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer”. Talvez um dos motivos para essa retomada se justifique pelo fato de as condições amplas de produção dos discursos do *Tribuna Independente* e de *O Jornal* terem sido as mesmas. O aniversário de um ano da deflagração da Operação Taturana, os noticiários divulgando a cada dia supostas irregularidades praticadas pelos agentes públicos e a tomada das

ruas pela população em atos contestatórios são alguns fatos que contextualizam o momento histórico vivenciado pela Assembleia Legislativa de Alagoas.

A partir de nosso olhar discursivo, podemos constatar que os dizeres carregam um peso ideológico conforme os lugares e posições ocupados pelos sujeitos; eles mantêm também uma forte dependência com as condições em que foram produzidos. Em sua dimensão política, o silêncio pode se apresentar como forma de dominação ou resistência, seja calando sentidos indesejáveis ou transbordando o “limite” das palavras. Neste embate envolvendo deputados e setores sociais, o funcionamento do discurso só vem atestar os sentidos de dominação da bancada estadual manifestados nas tentativas de controle dos dizeres. Além disso, a tentativa de silenciamento de sentidos por parte da direção da instituição legislativa nos oferece indícios de que os interesses da bancada estadual vão na contramão dos da coletividade.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. 2ª ed.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de O. Implícitos e silenciamentos como pistas ideológicas. In: **Revista Leitura**, nº. 23, Maceió: Imprensa Universitária, 1999.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA Federativa do Brasil de 1988. Documento digitalizado. 141 páginas. *Online*, acessada em agosto de 2008.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO de Alagoas. Maceió, 05 de outubro de 1989. Documento digitalizado. 103 páginas.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfose do discurso político**: as derivas da fala pública. Trad. Nilton Milaneze e Carlos Piovezani Filho. São Carlos: Claraluz, 2006.
- ENTIDADES pedem cassação do mandato de deputados afastados. **O Jornal**, Maceió, 23 de dezembro de 2008, p. A3.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy e ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas, SP: Pontes, 2006.
- MOVIMENTO cobra cassação de deputados indiciados na Taturana. **Tribuna Independente**, Maceió, 23 de dezembro de 2008, p. 3.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: BENTES, A.C.; MUSSALIM, F. (Org). **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. v. 2. São Paulo: Cortez, 2006.
- OAB faz nova cobrança ao MP para afastar deputados indiciados. **O Jornal**, Maceió, 14 de janeiro de 2009, p. A3.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 1999.

_____. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6^o ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 1988.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007. Trad. Eni Orlandi *et al.*